



Solidariedade dos senadores com as vítimas de terremoto

Kyodo / Reuters



Parlamentares manifestam pesar pela tragédia que atingiu o Japão na sexta-feira e chocou o mundo

Sob o impacto das fortes imagens da última sexta-feira, depois que o Japão foi vítima do maior terremoto de sua história – 8,9 pontos na escala Richter –, seguido de uma série de *tsunamis*, os senadores manifestaram em Plenário pesar e solidariedade com o povo japonês. Marcelo Crivella e Paulo Paim afirmaram que a tragédia (que matou centenas de pessoas) causa preocupação em todos, especialmente devido à grande presença de brasileiros naquele país. Ana Amélia afirmou que o Brasil deve aprender com o exemplo do Japão e se preparar melhor para catástrofes de grande porte. Gleisi Hoffmann emitiu nota de solidariedade. **3**

Gigantesco redemoinho ameaça tragar um barco perto de Oarai, no nordeste do Japão, depois da passagem do *tsunami* provocado pelo terremoto da sexta-feira

Sarney saúda *Estadão* por libertação de repórter na Líbia **3**

José Cruz/Senado Federal



Paulo Paim diz que em seu aniversário, amanhã, promoverá coleta de doações para vítimas

Reforma política: semana dedicada a quatro temas **2**

Enchente em São Lourenço do Sul mobiliza senadores

Ana Amélia informa que lutará por convênios com a União e Paulo Paim anuncia coleta de doações. **3**



Francisco Dornelles preside reunião da comissão: ideia é concluir elaboração do anteprojeto até 8 de abril

Comissão debate quatro temas da reforma política

Reuniões amanhã e quinta-feira abrem cronograma de discussões do grupo, que analisa suplência de senador, posses do Executivo, voto facultativo e reeleição

EM REUNIÕES MARCADAS para amanhã e quinta-feira, ambas às 14h, a Comissão de Reforma Política vai analisar quatro temas: suplência de senador, data da posse de chefes do Executivo, adoção do voto facultativo e reeleição de prefeitos, governadores e presidente da República. Serão os dois primeiros debates de uma série de sete encontros

agendados até o início de abril. Os senadores acreditam que, após cada reunião, será possível chegar a uma decisão sobre os temas em exame, definindo as propostas do grupo para os itens tratados no dia. Quando não houver consenso, poderá haver votação, prevalecendo a posição da maioria simples.

Os senadores também pode-

rão deixar para os dois últimos encontros a decisão sobre temas mais polêmicos. Já a inclusão de novos itens depende de aprovação da comissão, após a apresentação dos pedidos por escrito. O presidente da comissão, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), pretende concluir até 8 de abril o anteprojeto de reforma política.

Mudança das regras para escolha dos suplentes

Tema de amanhã, as regras para escolha de suplentes de senador têm sido muito questionadas, inclusive pelos próprios senadores. Em geral, o eleitor desconhece os inscritos como suplentes, quando vota no seu candidato. Quando o titular precisa ser substituído, dizem os críticos, é esse "desconhecido" que assume no lugar daquele que recebeu os votos.

As sugestões de mudança buscam dar legitimidade aos suplentes. Wellington Dias (PT-PI), por exemplo, defende que seja suplente o primeiro mais votado entre os não eleitos.

Posse vai mudar, mas nova data não é consenso

A necessidade de mudança do dia de posse de governadores e presidente – tema a ser discutido amanhã – é consenso. Todos concordam que a posse no dia 1º de janeiro dificulta a presença de autoridades brasileiras e estrangeiras. A definição da nova data, no entanto, ainda divide os senadores.

Tramita no Senado uma proposta de emenda à Constituição (PEC 1/11) que altera para 10 de janeiro a posse do presidente e para o dia 5 do mesmo mês as posses dos governadores.

Obrigatoriedade ou não do voto divide opiniões

A Comissão de Reforma Política discute na quinta-feira se o voto deve ou não continuar sendo obrigatório no Brasil. Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), o eleitor deve ter o direito de escolher se quer ou não votar. Segundo a senadora, esse é o caminho para a construção do voto consciente.

Já Pedro Taques (PDT-MT) acredita que o país deveria conviver mais algum tempo com o voto obrigatório. Esta também é a opinião de Wellington Dias (PT-PI), para quem o voto obrigatório leva a grande participação dos eleitores, dando maior legitimidade aos eleitos.

Norma sobre eleição deve gerar polêmica

Também deve gerar muita polêmica na comissão o debate sobre mudanças nas regras de eleição para presidente, governadores e prefeitos, segundo tema na agenda da reunião de quinta-feira. Têm sido recorrentes manifestações contrárias à

reeleição para esses cargos.

Os críticos alegam que a reeleição favorece o uso da máquina administrativa por parte do governante que busca mais quatro anos no cargo. Uma proposta (PEC 98/07) em exame na Casa, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), veda

a possibilidade de um segundo mandato. Já a PEC 65/07, de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), mantém a reeleição, mas impõe aos chefes do Executivo a obrigatoriedade de se licenciarem até seis meses antes do pleito para concorrer a novo mandato.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Homenagem aos 90 anos da *Folha*

11h Na hora do expediente, será comemorado o 90º aniversário de fundação do jornal *Folha de S. Paulo*. Às 14h, a sessão é não deliberativa, destinada a discursos de senadores e comunicados da Mesa. O início da sessão será para celebrar a Batalha de Jenipapo, ocorrida em 13 de março de 1823.

Presidência Sessões comemorativas

11h O senador José Sarney preside sessão que comemora os 90 anos da *Folha de S. Paulo* e, às 14h, a que celebra a Batalha do Jenipapo.

Terça-feira

CE Diretrizes do Ministério da Educação

10h Audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para ouvir o ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre o seu plano de trabalho para os próximos quatro anos.

CAE Repasse ao Bolsa Família

10h O primeiro item da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos é a mensagem sobre empréstimo de US\$ 200 milhões destinado ao Bolsa Família.

CMA Transmissão de energia elétrica

11h30 Dois requerimentos estão na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Um pede a criação de subcomissão para acompanhar a reforma do Código Florestal; o outro pede o acompanhamento da execução das obras das usinas de Jirau e de Santo Antônio.

Reforma Data de posse e suplência de senador

14h Reunião da Comissão de Reforma Política para discutir suplência de senador e posse de chefes do Executivo.

Quarta-feira

CCT Ministro apresenta suas prioridades

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ouve o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que vai apresentar as diretrizes e os programas da pasta.

CAS Resultado de fiscalização da Anvisa

9h Entre outros itens, a Comissão de Assuntos Sociais vota projeto que torna obrigatória a divulgação, pela internet, de análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas em empresas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CCJ Guarda e adoção de criança e adolescente

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para tratar da guarda e adoção.

CDR Amazônia e desenvolvimento do Nordeste

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo reúne-se para definir a composição das subcomissões da Amazônia e do Desenvolvimento do Nordeste e a escolha de seus membros. Analisa ainda requerimento que solicita a criação da Subcomissão de Desenvolvimento do Codelul.

Quinta-feira

Reforma Voto facultativo e reeleição

14h Voto facultativo e reeleição para cargos executivos serão discutidos em reunião da Comissão de Reforma Política.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Ana Amélia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Seep

Carta ao Estadão

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou, na edição de sexta-feira, carta na qual o presidente do Senado, José Sarney, felicita toda a equipe do jornal pela libertação do repórter Andrei Netto, que estava preso na Líbia. O jornalista ficou detido durante oito dias, por forças leais ao ditador líbio Muamar Kadafi. Na carta, Sarney repudia a ação de "regimes que se mantêm no poder à margem do respeito aos valores da democracia e dos direitos humanos" e parabeniza o jornalista "pela coragem e determinação em cumprir a mais difícil e desafiadora missão que lhe pode caber: a cobertura de guerra". Leia a íntegra da carta de José Sarney publicada pelo *Estadão*.

CONFLITO NA LÍBIA

Quero transmitir à equipe do *Estadão* minhas felicitações pela libertação do jornalista Andrei Netto, mantido ilegalmente preso pelas autoridades líbias. Mantive-me, desde o início, apreensivo com a notícia do seu desaparecimento, em particular diante dos relatos sobre atos de violência contra outros jornalistas que cobrem o levante democrático do povo líbio. As declarações do repórter sobre a violência de que foi vítima indicaram ser justificada minha apreensão. A Comissão de Relações Exteriores do Senado convocou o chanceler Antonio Patriota para fazer uma apresentação sobre a onda revolucionária que percorre o norte da África e o Oriente Médio. Aguardamos ansiosos o depoimento do ministro sobre o que ocorre na região e sobre episódios particulares, como a prisão do jornalista. Deixo registrada a categórica oposição do Senado aos regimes que se mantêm no poder à margem do respeito aos valores da democracia e dos direitos humanos. Esperamos poder contar com o valioso depoimento de Andrei Netto sobre sua experiência na Líbia. Deixo ao jornalista uma palavra de elogio, pela coragem e determinação em cumprir a mais difícil e desafiadora missão que lhe pode caber: a cobertura de guerra. Sua experiência evoca-me Winston Churchill na Guerra dos Boers, na África do Sul. Ao jornal, meus parabéns por manter a tradição de cobrir diretamente, com a perspectiva brasileira, os momentos mais significativos da realidade internacional. São beneficiados os seus leitores, entre os quais me incluo.

JOSÉ SARNEY,
presidente do
Senado Federal

Manifestações de pesar foram apresentadas por Marcelo Crivella, Paulo Paim, Gleisi Hoffmann e Ana Amélia, que sugeriu ao Brasil aprender com o país asiático a enfrentar com maior eficiência tragédias como a de sexta-feira



Tsunami que se seguiu ao terremoto de sexta-feira atingiu fortemente a costa do Japão, levando destruição a várias cidades

Reprodução de TV

Senado presta solidariedade ao povo japonês por terremoto e tsunami

VÁRIOS SENADORES PRESTARAM solidariedade, na sexta-feira, ao povo japonês e à comunidade nipônica que vive no Brasil, em razão do forte terremoto – 8,9 na escala Richter, o mais forte da história do Japão –, que atingiu principalmente o norte e o nordeste do país, matando centenas de pessoas, segundo as primeiras estimativas.

Após o abalo – seguido por vários outros de menor intensidade –, o Japão também sofreu com um tsunami, onda marítima gigante. A cidade de Sendai, por exemplo, foi varrida por uma onda de 10 metros de altura.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), lembrando as cidades gaúchas que neste momento sofrem

com alagamentos, manifestou solidariedade aos japoneses e aconselhou o Brasil a aprender com a defesa civil daquele país, que tem se notabilizado pela eficiência nas catástrofes como a que agora enfrenta.

O Senado deverá enviar voto de solidariedade ao povo japonês pelo terremoto, a pedido da senadora, que, em discurso no Plenário, afirmou ainda que o Brasil precisa tirar uma lição dessa tragédia.

– Isso leva também a uma lição ao nosso país para que tenhamos, como o Japão tem, uma prevenção bastante profissional, bastante técnica para evitar que as calamidades continuem matando milhares e milhares de pessoas ao redor do mundo – alertou a parlamentar.

Já o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) apresentou voto de pesar ao povo japonês, em nome do Senado. Os dois requerimentos, de Crivella e de Ana Amélia, deverão ser votados na sessão deliberativa de amanhã.

– São tristes e dolorosas as notícias que continuam chegando sobre o Japão – disse Marcelo Crivella.

Paulo Paim (PT-RS) também lembrou, em discurso, a tragédia que atinge o país.

– A nós só resta a solidariedade, sabendo que o mundo todo vai estar se movimentando para dar o conforto possível – disse.

Assombro

Gleisi Hoffmann (PT-PR) divulgou na sexta-feira nota de pesar

e de solidariedade ao povo japonês. Ela lembrou a grande colônia japonesa que vive no Brasil e que, neste momento, aguarda notícias de parentes no Japão.

A senadora comentou que o mundo acompanhou na sexta-feira, "assombrado, as imagens do grave terremoto que atingiu o Japão, levando tanta dor ao povo japonês e aflição aos familiares de brasileiros que vivem naquele país-irmão".

Em sua nota, Gleisi lembra ainda sua condição de titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e oferece a sua solidariedade "à comunidade japonesa no Brasil, sobretudo à residente no estado do Paraná, que vive momentos de grande apreensão".

Senadores lamentam enchentes em São Lourenço do Sul

As enchentes que afetaram a cidade de São Lourenço do Sul (RS) e região foram comentadas em Plenário por dois representantes do estado. O senador Paulo Paim (PT) fez convite geral para sua festa de aniversário em

Porto Alegre, amanhã, quando serão recolhidos alimentos não perecíveis para as vítimas das enchentes na cidade.

Ao mencionar o terremoto e o tsunami registrados no Japão na sexta-feira, o senador disse

que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi muito feliz ao escolher o meio ambiente como tema da Campanha da Fraternidade deste ano.

Ana Amélia (PP) também manifestou tristeza pelos estragos

que as enchentes têm provocado em várias cidades gaúchas, em especial São Lourenço do Sul, fortemente atingida pelas chuvas na quinta-feira. Ela assinalou ter apresentado uma emenda à medida provisória (MP 523/11) editada para atender as vítimas das enchentes da Região Serrana do Rio Janeiro, com o objetivo de estender os benefícios previstos a todos os municípios atingidos por calamidades.

– Com essa emenda, penso atender também o caso desses municípios gaúchos e também de Mato Grosso, onde houve iguais acidentes climáticos – explicou.

Ana Amélia anunciou ainda ter apresentado emenda a projeto de lei (PLS 25/11) do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), para permitir que estados e Distrito Federal possam fazer convênios com a União para se prevenir contra catástrofes como essas, bem como facilitar a atuação da defesa civil. A emenda permite que esses convênios sejam feitos também pelos municípios.



José Cruz/Senado Federal

Ana Amélia quer ampliar recursos de cidades atingidas; Paulo Paim elogia CNBB por tema da Campanha da Fraternidade

Sindicalistas e presidente Dilma Rousseff discutiram tema no Planalto na sexta-feira. Paim leva à reunião proposta de trocar menor jornada por redução de encargos

Correção da tabela do IR este ano deve ser de 4,5%

NA PRIMEIRA REUNIÃO entre a presidente Dilma Rousseff e dirigentes de centrais sindicais, ocorrida na sexta-feira, houve a sinalização para o fechamento de um acordo em torno do percentual defendido pelo governo para a correção da tabela do Imposto de Renda (4,5%) neste ano em troca de uma política de correção para os próximos anos.

De acordo com o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, os sindicalistas apresentaram ao governo a proposta de definir uma política de reajuste, para os próximos quatro anos, que fique dentro do centro da meta da inflação, que foi definido pelo Banco Central em 4,5% para 2011.

O percentual negociado é menor do que os 6,46% propostos

pelos centrais sindicais, mas traz a vantagem de garantir a correção da tabela por um período de quatro anos.

– Fizemos um apelo para a presidente que fizesse [a correção com] um número diferente dos 4,5% ou fizesse a correção pelos quatro anos de governo e ela disse que vai levar essa reivindicação em alta conta. Portanto, cremos que essa reivindicação foi atendida – disse Paulo Pereira.

Outras propostas

O senador Paulo Paim (PT-RS) defende a proposta de diminuir a jornada de trabalho em troca da redução dos encargos sobre a folha de pagamento.

– Se eu reduzo a jornada e reduzo os encargos sobre a folha, o custo para o empregador

vai ser zero e nós teremos em torno de 2 a 3 milhões de novos empregos – afirmou Paim, que enfatizou, porém, a necessidade de formação profissional qualificada no Brasil.

Na reunião, foi definido que será instalada uma mesa de negociações entre governo e centrais sindicais, que se reunirá periodicamente. Serão discutidos temas que estão na pauta das centrais sindicais, como a correção da tabela do IR, o fim do fator previdenciário, as terceirizações e o fim da contribuição sindical.

– Achamos muito positiva a instalação desse fórum permanente de discussão – afirmou o presidente em exercício da Central Única dos Trabalhadores (CUT), José Feijóo.



Anibal Diniz afirma que manejo preserva floresta e gera renda



Senador quer que o programa Minha Casa, Minha Vida use energia solar

“Floresta não é apenas um jardim intocável”

O manejo florestal como uma prática absolutamente compatível com o desenvolvimento sustentável da Amazônia foi defendido na sexta-feira pelo senador Anibal Diniz (PT-AC). Ele disse que não se pode ver a floresta apenas como “jardim intocável” porque essa concepção não dá garantias de vida para a população que a habita.

– Não existe meio de preservar a floresta se a gente não proteger e assegurar as condições de vida das pessoas que nela vivem – afirmou.

Anibal Diniz registrou o recebimento de carta do padre Paolino Baldassari, de Sena Madureira (AC), contra o manejo. O vigário acredita que, no manejo florestal, não se descartam apenas as árvores mais antigas, mas também as de meia vida, o que ameaçariam as futuras gerações.

Anibal Diniz defendeu punição para os transgressores da lei, mas apoiou a legislação que viabilizou, no Acre, o manejo, “forma segura de garantir às futuras gerações que elas tenham floresta.”

Com o projeto de desenvolvimento sustentável, segundo o senador, o Acre pode se “apresentar ao debate global e dizer que é possível gerar condições de vida e trabalho, melhorar a vida e a renda das pessoas e garantir a floresta intacta”.

CMA vota novos nomes para debates sobre Código Florestal

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) se reúne amanhã para votar indicações de novos convidados para o ciclo de debates que discutirá a reforma do Código Florestal.

Em seguida, terão início os trabalhos e serão eleitos os presidentes e vice-presidentes das subcomissões da Água, de acompanhamento das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e de acompanhamento da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Para o ciclo de debates, além dos participantes já aprovados, Jorge Viana (PT-AC) propõe convite a representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar e do Movimento dos Pequenos Agricultores. Pedro Taques

Crivella defende maior uso de energia renovável

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu o uso de energia proveniente de fontes naturais e renováveis. Ele ressaltou que o Brasil possui diversidade de recursos naturais e o uso de energia limpa vai contribuir com a preservação do meio ambiente.

– Mais do que nunca, o Brasil, que é um país que tem hidroeletricidade, ventos constantes soprando pela sua costa e uma energia solar abundante, deve caminhar para o uso de recursos naturais e renováveis – disse o senador em discurso na sexta-feira, quando saudou o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, voltada para a defesa do meio ambiente.

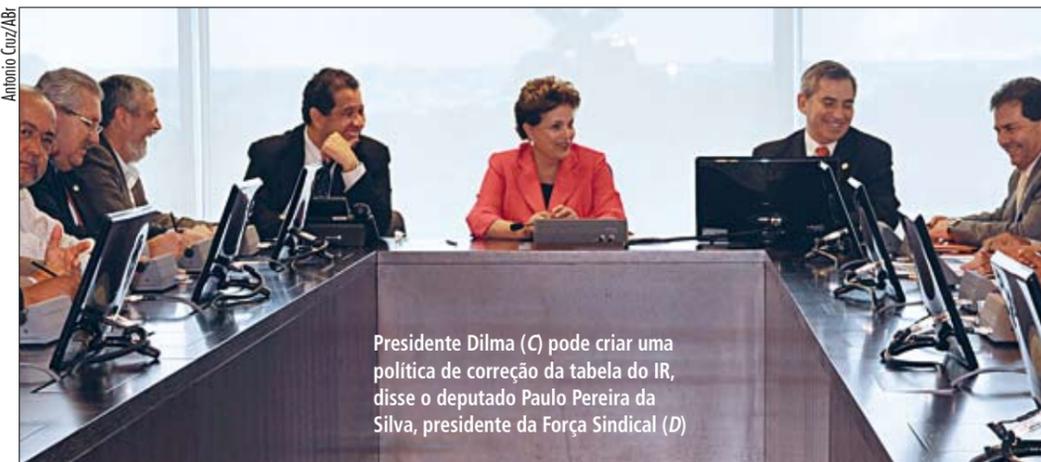
Crivella lembrou que projeto de lei de sua autoria obriga a adoção da energia solar para aquecimento de água nas casas a serem construídas pelo programa Minha Casa, Minha Vida. O programa prevê a construção de 2 milhões de casas, número que, na visão do senador, viabiliza a instalação de energia solar.

A proposta (PLS 23/04) estabelece a utilização da energia solar como condição para obter financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). A energia solar, observou, de acordo com o projeto, aquecerá a água de chuveiros flex, modelos híbridos que também funcionarão com eletricidade. O texto, já aprovado pelo Senado, agora tramita na Câmara.

(PDT-MT) sugere audiência com um representante do Ministério Público Federal e propõe a criação de uma subcomissão para acompanhar a reforma do Código Florestal.

Outro requerimento, apresentado por Ivo Cassol (PP-RO), pede que a subcomissão de acompanhamento das obras da usina de Belo Monte possa acompanhar a execução das obras das usinas de Jirau e Santo Antônio, a serem construídas no rio Madeira, em Rondônia.

A realização do ciclo de debates foi aprovada no dia 1º, por sugestão do presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Os senadores pretendem debater o tema com o relator da matéria na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e com ministros da área.



Presidente Dilma (C) pode criar uma política de correção da tabela do IR, disse o deputado Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical (D)

Diniz defende equiparação para juízes federais

A luta dos juízes federais por equiparação salarial com os procuradores da República e por mais segurança para os integrantes da carreira recebeu o apoio do senador Anibal Diniz (PT-AC). Ele pediu que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realize audiência pública para discutir a pauta de reivindicações dos juízes federais, que desejam também ter maior participação nos tribunais regionais eleitorais e competência exclusiva para julgar crimes contra os direitos humanos.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), concordou com a audiência e colocou-se à disposição para discutir o assunto.

Mesmo sendo de carreira jurídica correlata e trabalharem na solução dos conflitos a partir da interpretação das leis, os procuradores da República têm remuneração muito maior que a dos juízes federais, disse o senador. Além de ganhar menos, os magistrados sofrem ameaças por combater o crime organizado.

Paim quer criar fundo para ensino profissionalizante

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 24/05) que cria o Fundo Nacional do Ensino Profissionalizante (Fundep). O Fundep visa garantir recursos permanentes para as escolas técnicas, explicou Paim, autor da proposta. Em valores atuais, o Fundep geraria em torno de R\$ 9 bilhões para investimento no ensino técnico, sem nenhum prejuízo para o chamado Sistema S, que congrega serviços sociais e de aprendizagem de grandes confederações, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

– Eu falo isso com muita satisfação porque sou formado pelo Sistema S. A minha formação é do Senai – afirmou o senador, acrescentando que o Fundep utilizará recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A PEC já foi aprovada pelas comissões e agora será submetida ao Plenário.

Comissão analisa na quarta-feira proposta sobre criação de secretaria nacional para microempresas

As micro e pequenas empresas podem ganhar uma secretaria nacional para cuidar dos interesses do segmento. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina, na quarta-feira, projeto que autoriza o governo a instituir o órgão no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A proposta (PLS 331/07) foi apresentada pelo então senador Renato Casagrande (PSB), hoje

governador do Espírito Santo. O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), defende a aprovação do projeto, que receberá decisão terminativa na CCJ.

Na justificativa, Casagrande destaca dados de 2002 do IBGE, mostrando que as micro e pequenas são mais de 99% do total das empresas formais do país e responsáveis por cerca de 60% dos empregos com carteira assinada. “Elas têm participado

de forma decisiva no desenvolvimento do país e, se criarmos condições reais, poderão ser o antídoto para problemas como o desemprego, a desigualdade social, a desestruturação familiar, a criminalidade e até a evasão escolar”, defende.

A proposta também autoriza a criação de cargos em comissão e funções gratificadas necessárias à implantação da nova secretaria, entre outras providências.